

Governo mostrou que não está imobilizado

Mesmo com todo o desgaste e as concessões que foram feitas a políticos para barrar a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer na Câmara dos Deputados, o governo mostrou que não está imobilizado. Contrariando teses e avaliações sobre a fragilidade política em que se encontra, Temer baixou duas medidas provisórias, na semana passada, que terão grande repercussão no ajuste das contas públicas do próximo ano.

Até mesmo o instrumento que escolheu - MP e não projeto de lei - surpreendeu analistas, principalmente depois do desentendimento entre o chefe da Nação e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O deputado carioca chegou a dizer que não votaria mais medidas provisórias, enquanto a tramitação das MPs não fosse regulamentada.

Havia também uma preocupação na área econômica com o desdobramento desta questão, pois o uso de projetos de lei e não de MPs para as medidas do ajuste fiscal atrasaria o ingresso dos recursos nos cofres do Tesouro e a redução de despesas, o que tornaria ainda mais difícil a situação das contas públicas em 2018.

Com a medida provisória 805, Temer oficializou o que tinha sido anunciado pela equipe econômica ainda em meados de agosto. Adiou para 2019 o reajuste salarial de 23 categorias de servidores do Executivo, que estava inicialmente previsto para janeiro do próximo ano; elevou de 11% para 14% a alíquota de contribuição previdenciária sobre a remuneração dos funcionários ativos e inativos dos três Poderes da União que ultrapassar o teto do INSS (R\$ 5.531,31); e reduziu os benefícios concedidos aos servidores por meio do auxílio moradia e ajuda de custo.

Em defesa da elevação da alíquota previdenciária, o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, informa, na exposição de motivos da MP, que o déficit atuarial do regime próprio de previdência social da União (RPPS-União) "apresenta déficit crescente, demandando a adoção de medidas imediatas para a contenção deste crescimento". De 2013 para 2016, o déficit aumentou de R\$ 1,11 trilhão para R\$ 1,36 trilhão. Esta é a razão para a elevação da alíquota previdenciária.

Com a medida, o governo espera arrecadar R\$ 2,2 bilhões no próximo ano, enquanto o adiamento do reajuste dos servidores permitirá uma economia de R\$ 4,4 bilhões. O atraso na edição das MPs reduziu, é bom que se diga, a receita que será obtida. A elevação da alíquota previdenciária está submetida ao regime da noventena, ou seja, só terá validade 90 dias após a edição da MP. Ela, portanto, entrará em vigor em fevereiro.

Se a medida provisória tivesse saído antes, a norma passaria a vigorar já em janeiro. O atraso decorreu do receio de que a adoção de medidas impopulares dificultaria a rejeição da segunda denúncia contra Temer.

O fato, no entanto, é que o governo não está imobilizado. Além de ajustar as receitas e as despesas com os servidores, Temer editou outra medida provisória que aumentou a arrecadação federal por meio da tributação dos rendimentos acumulados pelas carteiras de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado. A receita estimada com a MP 806 é de R\$ 6 bilhões em 2018.

O governo fez o que tinha anunciado, embora com atraso, garantindo o ajuste das contas em 2018, que ainda apresentarão déficit primário considerável, de R\$





159 bilhões. É difícil acreditar que o Congresso não aprovará as duas medidas provisórias, embora seja adequado ficar atento ao lobby que certamente será feito junto aos deputados e senadores pelas categorias mais organizadas dos servidores. No caso da elevação da alíquota previdenciária, o governo Temer está apenas adotando uma medida já incorporada na legislação de vários Estados.

Ao governo Temer, cabe insistir na retomada da votação da proposta de reforma da Previdência Social, aprovada na comissão especial da Câmara dos Deputados que analisou o assunto. Se a reforma for aprovada agora, o próximo presidente da República, quem quer que seja ele, não passará pelo desgaste de ter que encaminhar o assunto.

Talvez não haja mais tempo para que a reforma seja aprovada em ambas as Casas do Congresso Nacional ainda neste ano. Mas se o governo conseguir aprová-la na Câmara terá dado um passo gigantesco para o equacionamento do problema.

Orçamento de 2018 reduz verba do Bolsa Família

Por Fábio Pupo | De Brasília

No novo projeto de Orçamento para 2018, enviado na semana passada ao Congresso, o governo propõe reduzir os recursos a serem destinados ao Bolsa Família. Caso aprovada pelos parlamentares, será a primeira queda nominal da história do programa. Na série com números corrigidos pela inflação, o valor representaria a maior baixa real desde que o benefício foi criado, em 2003.

O governo propôs destinar R\$ 28,7 bilhões ao programa em 2018, o que representa uma queda de 3,7% em relação a 2017. No Orçamento deste ano, haviam sido reservados R\$ 29,2 bilhões. Os valores incluem despesas totais, como aquelas com identificação dos beneficiados e com disseminação de informações acerca do projeto.

Mesmo em um exercício de comparação com a lógica do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas totais pela inflação em 12 meses até o meio do ano (3%), o Bolsa Família ainda apresentaria uma queda de 6,56% em relação ao valor máximo "autorizado" pelo mecanismo (o teto de gastos, no entanto, é aplicado ao total das despesas, e não a cada uma delas individualmente).

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que administra o programa, foi procurado para comentar os dados, mas não explicou o motivo da redução. Segundo a pasta, o valor reservado ao Bolsa Família é apenas uma "proposta" para o Orçamento do ano que vem. "Esse valor ainda pode ser alterado pelas comissões", afirma nota da pasta.

Segundo a nota enviada pelo ministério, há "compromisso" em

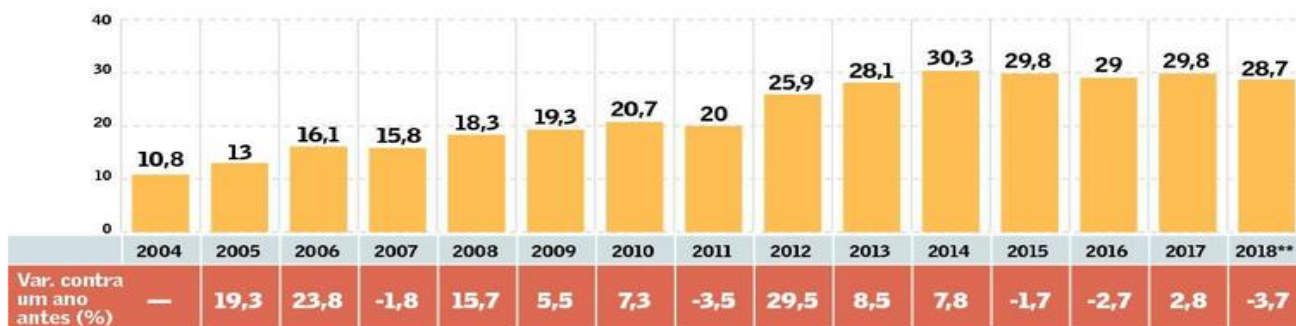
destinar recursos aos beneficiários que se enquadram nas regras. "Vale lembrar que a fila do programa foi zerada pela quinta vez em 2017, o que mostra o compromisso do MDS com o pagamento do benefício para as famílias que atendem aos critérios de elegibilidade", informa o texto.

Um técnico do ministério ouvido pela reportagem afirma que o valor a ser destinado ao programa em 2018 tem como referência o valor sendo executado (e não o orçado) em 2017. Do total de R\$ 29,8 bilhões que haviam sido reservados no Orçamento de 2017, serão desembolsados apenas R\$ 27,7 bilhões. Isso porque teria havido um pente-fino no programa que permitiu eliminar beneficiários e ainda zerar a fila de espera.

Na semana passada, o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, afirmou que têm sido retiradas famílias que não necessitam do

Em queda

Orçamentos anuais do Bolsa Família, corrigidos pela inflação* - R\$ bilhões



Fonte: Dados da CMO. *Considera o INPC acumulado até setembro de 2017; **Proposta do governo





benefício. "Ganhavam mais do que declaravam. Havia sempre um milhão de famílias esperando para entrar, mas não conseguiam porque tinha gente que estava lá ganhando e não deveria", afirmou o ministro durante audiência na Câmara dos Deputados.

Os dados do ministério mostram que há uma queda no número de famílias atendidas pelo programa em um movimento iniciado há quatro anos. O ápice foi em 2013, quando foram beneficiados pouco mais de 14 milhões de famílias. Desde então, o número vem caindo anualmente. Em meados deste ano, o número de famílias recuou ainda mais (para 12,7 milhões em julho), mas voltou a subir e nos últimos dois meses se estabilizou ao redor de 13,5 milhões (mesmo patamar de 2016).

O último reajuste nos valores recebidos foi feito em 2016, quando houve aumento de 12,5%, o que não ocorria havia dois anos. Hoje, o valor médio concedido é de R\$ 179,37 por família (dado de outubro). O programa é voltado para famílias extremamente pobres (renda per capita mensal de até R\$ 85) e pobres (renda per capita mensal entre R\$ 85 e R\$ 170).

Mesmo em meio à restrição orçamentária, o aumento de recursos para o programa Bolsa Família chega a ser analisado inclusive dentro da equipe econômica. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Fabio Kanczuk, sugeriu uma elevação dos recursos após dizer que o programa tem 12 vezes mais eficiência que a desoneração da cesta básica na redução da

desigualdade.

"O Bolsa Família é 12 vezes mais eficiente [do que a desoneração da cesta básica]. Quem eu quero? Bolsa Família. O que é a proposta típica? Tira a cesta e dobra a Bolsa Família. Essa é a lógica como deve funcionar", disse o secretário de Política Econômica durante uma palestra sobre subsídios da União.

No fim do ano passado, o Banco Mundial lançou um estudo defendendo um aumento no orçamento do programa. O documento afirma que uma demora em ajustar o valor das transferências do Bolsa Família geraria risco de aumento na taxa de pobreza do país. (Colaboraram Edna Simão e Fabio Graner, de Brasília)

Governo mostrou que não está imobilizado

Mesmo com todo o desgaste e as concessões que foram feitas a políticos para barrar a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer na Câmara dos Deputados, o governo mostrou que não está imobilizado. Contrariando teses e avaliações sobre a fragilidade política em que se encontra, Temer baixou duas medidas provisórias, na semana passada, que terão grande repercussão no ajuste das contas públicas do próximo ano.

Até mesmo o instrumento que escolheu - MP e não projeto de lei - surpreendeu analistas, principalmente depois do desentendimento entre o chefe da Nação e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O deputado carioca chegou a dizer que não votaria mais medidas provisórias, enquanto a tramitação das MPs não fosse regulamentada.

Havia também uma preocupação na área econômica com o desdobramento desta questão, pois o uso de projetos de lei e não de MPs para as medidas do ajuste fiscal atrasaria o ingresso dos recursos nos cofres do Tesouro e a redução de despesas, o que tornaria ainda mais difícil a situação das contas públicas em 2018.

Com a medida provisória 805, Temer oficializou o que tinha sido anunciado pela equipe econômica ainda em meados de agosto. Adiou para 2019 o reajuste salarial de 23 categorias de servidores do Executivo, que estava inicialmente previsto para janeiro do próximo ano; elevou de 11% para 14% a alíquota de contribuição previdenciária sobre a remuneração dos funcionários ativos e inativos dos três Poderes da União que ultrapassar o teto do INSS (R\$ 5.531,31); e reduziu os benefícios concedidos aos servidores por meio do auxílio moradia e ajuda de custo.

Em defesa da elevação da alíquota previdenciária, o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, informa, na exposição de motivos da MP, que o déficit atuarial do regime próprio de previdência social da União (RPPS-União) "apresenta déficit crescente, demandando a adoção de medidas imediatas para a contenção deste crescimento". De 2013 para 2016, o déficit aumentou de R\$ 1,11 trilhão para R\$ 1,36 trilhão. Esta é a razão para a elevação da alíquota previdenciária.

Com a medida, o governo espera arrecadar R\$ 2,2 bilhões no próximo ano, enquanto o adiamento do reajuste dos servidores permitirá uma economia de R\$ 4,4 bilhões. O atraso na edição das MPs reduziu, é bom que se diga, a receita que será obtida. A elevação da alíquota previdenciária está submetida ao regime da noventena, ou seja, só terá validade 90 dias após a edição da MP. Ela, portanto, entrará em vigor em fevereiro.

Se a medida provisória tivesse saído antes, a norma passaria a vigorar já em janeiro. O atraso decorreu do receio de que a adoção de medidas impopulares dificultaria a rejeição da segunda denúncia contra Temer.

O fato, no entanto, é que o governo não está imobilizado. Além de ajustar as receitas e as despesas com os servidores, Temer editou outra medida provisória que aumentou a arrecadação federal por meio da tributação dos rendimentos acumulados pelas carteiras de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado. A receita estimada com a MP 806 é de R\$ 6 bilhões em 2018.

O governo fez o que tinha anunciado, embora com atraso, garantindo o ajuste das contas em 2018, que ainda apresentarão déficit primário considerável, de R\$





159 bilhões. É difícil acreditar que o Congresso não aprovará as duas medidas provisórias, embora seja adequado ficar atento ao lobby que certamente será feito junto aos deputados e senadores pelas categorias mais organizadas dos servidores. No caso da elevação da alíquota previdenciária, o governo Temer está apenas adotando uma medida já incorporada na legislação de vários Estados.

Ao governo Temer, cabe insistir na retomada da votação da proposta de reforma da Previdência Social, aprovada na comissão especial da Câmara dos Deputados que analisou o assunto. Se a reforma for aprovada agora, o próximo presidente da República, quem quer que seja ele, não passará pelo desgaste de ter que encaminhar o assunto.

Talvez não haja mais tempo para que a reforma seja aprovada em ambas as Casas do Congresso Nacional ainda neste ano. Mas se o governo conseguir aprová-la na Câmara terá dado um passo gigantesco para o equacionamento do problema.

Diluir fatia na Eletrobrás é preocupação do governo

Segundo ministro, se emissão de ações não for suficiente para reduzir fatia do governo de 60% para 40%, pode ser feita uma nova venda de papéis

Célia Froufe

A equipe econômica está disposta a usar todas as ferramentas para reduzir a participação da União na Eletrobrás, afirmou ontem o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, em Madri, onde participará de reuniões com potenciais investidores no setor de infraestrutura, com vistas a divulgar os leilões que o governo tem programados.

A viagem oficial, que ainda incluirá uma passagem pela Itália, vai tentar destacar o atual cenário de recuperação da economia brasileira. O primeiro passo será uma emissão de ações da estatal, atualmente em fase de definição. Pelos cálculos do ministro, a operação deve fazer com que a fatia do governo caia de pouco mais de 60% das ações com direito a voto para cerca de 40%.

Caso a emissão seja insuficiente para atingir esse

resultado, o governo partirá para uma nova venda direta de papéis. Segundo ele, a maior preocupação do governo hoje é a de que a diluição da União não ocorra mesmo com emissão de ações. Para o mercado financeiro, a redução de 60% para 40% vai na direção correta – mas, mesmo assim, o consenso é que a participação estatal na companhia ainda continuaria a ser expressiva.

“(A redução da participação do governo para 40%) não é um target (objetivo) nosso, ao contrário. Mas é que, pelo tamanho do aumento de capital pela emissão de ações, dificilmente vai diluir mais do que isso”, explicou o ministro. Para que a fatia estatal seja reduzida para algo mais perto de 20% ou 30%, de acordo com Oliveira, seria preciso um fluxo “enorme”, dado o alto valor de mercado da companhia.

“A participação do governo na Eletrobrás vai continuar sendo alta, mas se houver risco de a participação do governo não ser diluída, aí sim pode ser que se venda uma pequena parcela.”

Previdência.

Em relação à reforma da Previdência, o ministro reforçou que o ideal seria que a aprovação ocorresse ainda este ano. Ele enfatizou que, para quem tem projeto político para a eleição presidencial de 2018, a mudança das regras ainda na administração de Michel Temer é o cenário mais favorável.

“Quanto mais tarde se fizer a reforma da Previdência, pior será, pois (a medida) terá de ser mais dura”, previu. Dyogo prometeu também ser rígido em relação às ameaças de greve que estão sendo feitas por servidores da Receita Federal em função de uma regulamentação sobre o pagamento de bônus da categoria.

Na opinião do ministro, não há sentido uma paralisação de funcionários bem remunerados, que tiveram aumento de salário acima da inflação e ainda receberão um bônus de R\$ 3 mil.

“Não vejo motivo para ninguém que está ganhando bem entrar em greve”, disse, acrescentando que, se um movimento nessa direção ocorrer, solicitará que a Justiça considere a paralisação abusiva.